



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social
Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

TACIANE COUTO GONÇALVES ¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é discorrer sobre a emergência do atual “PEP” a partir de alguns eventos históricos que se conformariam como seus esteios. Trata-se de uma elaboração feita a partir de pesquisa bibliográfica. Aqui reafirmamos a imprescindibilidade da interlocução e aliança entre profissão e os movimentos sociais democráticos e revolucionários, bem como apontamos para a necessidade de reaproximação com a educação popular.

Palavras-chave: Serviço Social. PEP. Movimentos Sociais. Educação Popular.

RESUMEN: El propósito de este artículo es discutir el surgimiento del actual “proyecto ético político” a partir de algunos hechos históricos que serían sus pilares. Es una elaboración hecha a partir de una investigación bibliográfica. Aquí reafirmamos la indispensabilidad del diálogo y la alianza entre la profesión y los movimientos sociales democráticos y revolucionarios, además de señalar la necesidad del acercamiento con la educación popular.

Palabras claves: Trabajo Social. “PEP”. Movimientos sociales. Educación Popular.

1. INTRODUÇÃO

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Mato Grosso

Na atualidade, o Serviço Social no Brasil dispõe de um projeto ético-político (PEP) que revela a imagem que a própria profissão tem de si e o direcionamento social crítico que assume diante da realidade concreta. O mesmo é fruto de um amadurecimento teórico, político e profissional, é um tipo de projeção coletiva que busca imprimir na intervenção profissional um alinhamento àqueles interesses coletivos (políticos e econômicos) presentes na sociedade que correspondem à luta contra hegemônica, de caráter emancipatório, protagonizada pela classe trabalhadora no seio do capitalismo.

Tal vinculação à interesses mais gerais na sociedade não é exclusiva ao nosso PEP, afinal, é um pressuposto que os projetos coletivos de dada profissão se filiem aos projetos societários (de caráter conservador ou revolucionário) sem necessariamente confundir-se com eles. No caso do atual PEP do Serviço Social, como mencionado acima, cumpre-se um papel estratégico na articulação da categoria profissional com o conjunto da classe trabalhadora (principalmente, com a classe organizada politicamente e, principalmente, sob um horizonte revolucionário) por reafirmar valores radicalmente democráticos, por defender o fim da exploração do trabalho em prol da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Buscando compreender um pouco mais sobre o seu significado histórico, discorreremos sobre o processo de emergência do projeto profissional crítico (como também é chamado) apresentando uma breve sistematização referenciada, principalmente, no debate feito pelas autoras Batistoni (2021) e Elpídio (2021) e com algumas elaborações complementares sobre dois temas afins, que tangenciaram os estudos e são de nosso maior interesse: as lutas sociais e a educação popular no contexto da ditadura e suas relações com a profissão.

2. SOBRE A EMERGÊNCIA DO ATUAL PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Das maneiras possíveis de tratar dos esteios do atual projeto ético-político (PEP), optamos por retomar a experiência renovadora do Serviço Social no Brasil problematizando as formas como se deu a interlocução com o pensamento social marxista na época; a atuação do CELATS na preparação da base de assistentes sociais para o terceiro congresso brasileiro de assistentes sociais (III CBAS) e as análises sobre a vertente de intenção de ruptura, cujo principal símbolo foi o chamado Método BH (BATISTONI, 2021; ELPÍDIO, 2021).

No que diz respeito à interlocução do Serviço Social com a teoria social crítica, a literatura profissional alega que a introdução ao universo marxista se deu, originalmente, por meio da militância política (religiosa e laica). Fato era que se vivia, nos idos do século XX, uma época de censura e perseguição aos seguimentos sociais alinhados às ideologias democráticas e revolucionárias, estreitando os espaços de livre debate e vivência político-social. Ainda assim, com maiores ou menores desafios (a depender do período histórico em análise), existiu no âmbito da sociedade civil organizada, em geral, e do Serviço Social, em particular, certa inserção de uma literatura de caráter revolucionário que despertou alguns sujeitos (coletivos e individuais) para a crítica marxista da sociabilidade burguesa. Claro que cabe aqui ressaltar que o que entrava e circulava no país era o “marxismo possível” em decorrência da censura, o que ajuda a entender um pouco sobre os ônus e os bônus dessa aproximação teórico-política.

Segundo Netto (2015), a frágil herança socialista no país; as lacunas existentes nos próprios ambientes acadêmicos e o histórico autoritarismo que marca nossa política foram grandes dificultadores para os avanços teóricos, políticos e ideológicos na tradição marxista em nosso território. Destaca, inclusive, que por um período significativo no Brasil o conhecido Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o principal difusor e elaborador teórico de tal pensamento e de seu uso para interpretar a realidade brasileira. Dado que começou a mudar na segunda metade do século XX, quando se registraram suas divergências e separações partidárias, e quando surgiu um interesse por estudos de Marx em espaços e por indivíduos não necessariamente vinculados à militância orgânica em partidos (algo que para o autor, nesse último caso, se explicaria não pela necessidade de compreender e dar respostas à prática política, mas advindo mais de uma curiosidade intelectual desses setores).

O golpe militar instaurado no Brasil em 1964 interrompeu abruptamente o processo

de acúmulo que se adquiria nessa tradição. Contudo, foi também sua vigência que levantou a necessidade, sentida pelos setores progressistas da sociedade, de superar um regime autoritário, tornando-se um elemento concreto para aqueles/as buscassem nas elaborações de Marx os elementos para ler a realidade e construir alternativas para a mesma.

Olhando para a história do Serviço Social em sua inserção no circuito universitário, ainda que sob forte contexto de censura, contraditoriamente, se conformou um “laboratório” para experimentar ações alternativas ao que caracterizava o Serviço Social tradicional. Em Netto (2015), inclusive, ocupar tal espaço se mostrou um dos pontos decisivos para a guinada progressista da profissão, pois, sendo um campo novo para o trabalho profissional, viabilizou um diálogo profícuo entre a pesquisa e a extensão (terrenos propícios à experimentação de um exercício profissional que subsidiou os processos de ruptura com o tradicionalismo conservador da profissão).

Para o autor, o fato de ter demandado grande originalidade em sua estruturação, a chamada “intenção de ruptura” encontrou solo fértil na universidade. Nesse espaço foram possíveis diálogos com outras áreas do conhecimento, e se mostrou pouco menos estreito que outros espaços de inserção profissional. Além disso, permitia (como foi dito) a combinação da pesquisa e extensão para elaborar, desenvolver e sistematizar novas formas de intervenção). Ainda que sob censura, registrou-se certo avanço teórico-metodológico e; em alguma medida, ocupar a Universidade era uma possibilidade de formar quadros profissionais mais críticos.

Netto (2015) insiste muito em destacar que qualquer um desses registros não deve ser tomado para criar a falsa ilusão de que a Universidade estivesse alheia ou imune aos determinantes políticos e históricos da época. Afinal, foram avanços incipientes e que só puderam galgar avanços mais significativos com o fim do regime militar, quando a correlação de forças conformou uma conjuntura em que era permitido ao Serviço Social evidenciar suas vinculações políticas e teóricas e permitiu à vertente de “intenção de ruptura” avançar para os espaços de referência da formação.

Em termos de formação, a interferência do CELATS (organização vinculada à ALAETS) também se mostrou chave para organizar a instrução crítica da base profissional.

Os objetivos do CELATS se pautaram na investigação, na produção teórica do Trabalho Social, na formação e capacitação profissional e na busca de novos espaços para a prática profissional, com o fim de ampliar no campo do Trabalho Social a incidência de leituras críticas sobre a inserção da América Latina na produção ampliada do capital, bem como de contribuir para a construção de análises

das particularidades da formação social dos países latino-americanos, resguardando suas respectivas trajetórias, lutas e sujeitos históricos para além da perspectiva dos colonizadores e exploradores (SANTOS, 1980 apud IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p.274-275).

Ao alcançarem estes objetivos a organização foi muito decisiva no trabalho de educação profissional e política no âmbito do Serviço Social latino-americano. Denunciou as bases confessionais e conservadoras que acompanhavam a profissão desde suas protoformas e também contribuiu na construção de alternativas teóricas, interpretativas e práticas, lançando mão de pesquisas, capacitações e publicações. Por essas e outras, sua intervenção foi de grande valia para a organização política do Serviço Social e para a formação acadêmico-profissional no continente.

Elpídio (2021) afirma que diferentes dimensões foram fortalecidas pelo trabalho do CELATS: ideopoliticamente houve um fortalecimento das entidades organizativas do Serviço Social; em termos teórico-metodológicos houve o desenvolvimento do Serviço Social como área do conhecimento e houve a apreensão de elementos da teoria social crítica importantes para o desvelamento da realidade social; se avançou no entendimento do significado social da profissão e da inserção nas políticas sociais (e demais espaços de trabalho); a dimensão formativa foi fortalecida com os levantamentos sobre a formação profissional no continente, com a promoção de encontros e de cursos de formação continuada.

No que tange a formação continuada, foi tão potente seus desdobramentos que no Brasil entrou para história da profissão o III CBAS (1979), batizado de “Congresso da Virada” justamente pela simbologia que carrega desde então como marco da ruptura com o Serviço Social tradicional.

As formações organizadas pela entidade tiveram seus méritos no processo de capilaridade, na base profissional, dos fundamentos explicativos do significado e emergência da profissão, bem como do ordenamento social do capitalismo e a dinâmica das lutas de classe. Foi importante também para desvelar a dimensão política da intervenção social e profissional, abrindo precedentes para que os/as profissionais entendessem a necessidade de se posicionar ao lado dos interesses da classe trabalhadora e também para que os setores progressistas conquistassem a hegemonia no seio da profissão, dando os primeiros passos rumo a constituição de um projeto profissional crítico.

Vista no contexto latino-americano, as propostas de avanço profissional e científico

no Serviço Social brasileiro de meados do século XX tiveram uma expressividade marcadamente conservadora. Algo fácil de perceber quando se nota que duas das três principais vertentes surgidas na época consistiram em verdadeiras releituras das bases conservadoras do Serviço Social tradicional o que, inclusive, lhes permitiu atingir certa expressividade num contexto de regime de exceção (já que não estava em seus horizontes e discursos uma crítica das relações capitalistas ou da vida política no país).

A única vertente que, dentro do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, se reinventou e rompeu com esse arcabouço (teórico, político e prático) do Serviço Social tradicional foi a “intenção de ruptura”. Tanto que, pelo seu genuíno e radical caráter de oposição, enfrentou limites para se desenvolver e ser capilarizado no seio da categoria profissional. Além disso, coube a esta vertente estabelecer as relações com o amplo movimento de crítica social que se desenvolvia no continente latino-americano e se manter conectada ao leito histórico de lutas sociais populares que se processaram no Brasil em meados do século XX e foram reprimidas pela ditadura militar de 1964 a 1985.

Ao olhar para essa experiência com certo distanciamento histórico, um conjunto de pesquisadores/as tem fortalecido na profissão uma literatura que melhor nos possibilita a compreensão de aspectos desse período histórico, dentre os quais, alguns são postos em análise pelas/os autores/as debatidos na unidade e compartilhados aqui.

É ponto comum entre Netto (2015), Elpídio (2021), Yamamoto e Santos (2021) que a “intenção de ruptura” foi uma experiência reconceituada (remetendo-se ao vínculo com o movimento de reconceituação latino americano) impossibilitada de ter maior ressonância na profissão devido ao isolamento decorrente da instauração da ditadura militar no Brasil. Enquanto a ditadura militar esteve vigente, principalmente após o ato institucional de número 5 (AI-5), apenas as vertentes “modernização conservadora” e “renovação do conservadorismo” tiveram espaço para se expressar (razão pela qual se atribui à renovação do Serviço Social brasileiro os traços de continuidade do conservadorismo sob o discurso da modernização tecnocrática).

Todavia, é curioso perceber como a realidade é constituída de contradições, digo isso no sentido de que mesmo a ditadura restringindo o desenvolvimento da “intenção de ruptura” não foi capaz de conter cem por cento a ação intelectual e interventiva dos seguimentos mais progressistas.

Nessa relação de coexistência de limites e possibilidades, foi crucial quando o

regime inaugurou sua crise de legitimidade e se deflagraram, de forma mais aberta, as lutas pela redemocratização. O que leva para o segundo ponto de convergência entre as autoras e o autor.

O contexto de maior ou menor abertura democrática, de ascenso ou descenso das lutas de massas, são fatores centrais a se considerar nessa equação, afinal, a correlação de forças (por vezes mais por vezes menos favoráveis) possibilitou e impôs limites a ressonância do discurso e ação crítica.

No contexto de crise do regime militar, ocorreu uma aliança entre um conjunto de forças políticas progressistas, que incluíam organizações sindicais e populares; setores religiosos mais à esquerda (a exemplo de pastorais católicas e luteranas); organizações partidárias de esquerda; dentre outras organizações às quais parte da categoria de assistentes sociais aliou-se para defender o Estado Democrático de Direito e mais tarde para exigir uma nova Constituição Federal.

Em linhas gerais, o contexto de pré-disposição para as mudanças sociais foi favorável para que no interior do Serviço Social ganhasse força um movimento de crítica que, por sua vez, conformou dentro do processo de renovação a vertente de “intenção de ruptura” (e, quando se olha a conjuntura a nível de América Latina, o mesmo vale para o Movimento de Reconceituação). Processo com impactos em todas as dimensões do trabalho profissional; que sedimentou as bases para a construção de um projeto profissional radicalmente crítico ao *status quo* e que marcou o compromisso assumido com as classes subalternas e seu projeto democrático-popular para o Brasil.

Se partimos do pressuposto de que há uma relação genética entre o Serviço Social e a questão social não será difícil compreender que os conflitos sociais e lutas políticas (que expressam a dimensão política da questão social) travadas pelo conjunto de trabalhadores/as constituem um elemento incontornável na intervenção da profissão. Em razão disso, passamos a seguir para a discussão de dois aspectos de nosso interesse: as lutas sociais e a educação popular no contexto da ditadura e suas relações com a profissão.

3. LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NA EMERGÊNCIA DO PEP

Na literatura profissional encontramos material que atribui à ação política das classes populares um fator chave para compreender o giro dado pela profissão em seu processo de crítica ao Serviço Social tradicional, às bases conservadoras presentes em seu interior e no conjunto da vida em sociedade e ao próprio ordenamento do modo de produção capitalista.

Duriguetto e Marro (2016), por exemplo, justificam essa influência apontando como fatores históricos: o ascenso das lutas da classe trabalhadora ao qual a vanguarda crítica da profissão esteve atenta e buscou sintonizar-se (processos de libertação nacional e as reformas de base) e alegam que essa interlocução ganha materialidade ao se analisar os termos organizativos, de produção teórica e de intervenção do Serviço Social.

Pode-se dizer que o germe da crítica ao Serviço Social tradicional e conservador surge ainda nos marcos de processo de implementação do Desenvolvimento de Comunidade, não pela política em si, mas pelo contexto em que se inscreveu, de mobilizações pelas reformas de base, no caso, e pelo contato que viabilizou aos/às profissionais com as experiências organizativas da população com a qual trabalhavam nas regiões periféricas do campo e da cidade. Todavia, a ruptura abrupta decorrente do golpe militar sufocou esse processo que só pode ressurgir mais tarde numa das vertentes do Processo de Renovação (a “Intenção de ruptura”), sob o contexto de retomada de mobilizações populares e corrosão das bases de legitimidade do regime.

Segundo Kowarick (1988), ainda sob o jugo da ditadura, ascendiam algumas mobilizações nas regiões urbanas periféricas, em alguma medida, muito influenciadas pela Igreja Católica. As reivindicações abarcavam o conjunto de serviços urbanos - melhorias no transporte, saneamento básico, pavimentação e iluminação urbana, serviços de saúde, lazer e educação infantil/maternal, melhoria no custo de vida etc. – e contribuíram para desgastar ainda mais as bases de legitimidade do governo ao denunciar sua incapacidade de atender as necessidades mais básicas da população. Em geral,

eram lutas isoladas, de caráter localista, raramente conseguindo uma organização que transcendesse os quarteirões situados em torno das paróquias ou associações de bairro. No mais das vezes, envolviam diminuto número de pessoas em torno de lideranças mas que, malgrado seu fluxo e refluxo, traziam algo de novo ao aparentemente amorfo cenário implantado pela ditadura (KOWARICK, 1988, p.315).

Estas teriam sido uma das formas de mobilização e resistência assumidas pela

sociedade civil no período citado. Ainda que de maneira mais clandestina, também existiram intervenções de caráter partidário, sindical, de guerrilha (em menor número) etc. Isso porque, segundo Brant (1983), o contexto de repressão dificultava a comunicação entre os movimentos sociais e mesmo a centralização de suas ações, contribuindo para os formatos mais fragmentados, por assim dizer. A Lei de Segurança Nacional era facilmente acionada contra quem ousassem subverter a ordem, valendo-se da violência institucionalizada para castigar os elementos subversivos e para abafar as lutas populares.

Ao mesmo tempo, o cerceamento dos canais institucionais de participação e a repressão estimulava os laços de solidariedade entre a comunidade, por isso, estando esta solidariedade nas bases de origem de vários movimentos populares de base. Além disso, a interferência de algumas instituições foi registrada como elemento de grande valia na luta contra a ditadura e no fomento da mobilização social. A exemplo do que escreve Brant,

Não se pode, no entanto, compreender a multiplicação e o crescimento desses movimentos se não se leva em conta o papel de instituições e de outros movimentos que abriram espaço para a sua atuação. No contexto político em que surgiram, os novos movimentos sociais só poderiam atuar abertamente ao contar com a proteção de alguma instituição reconhecida ou com um apoio considerável e ostensivo na opinião pública. A Igreja, as instituições civis atentas aos direitos humanos, o MDB, o movimento estudantil, com sua ação em favor das liberdades, criaram inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos sociais surgidos da base (1983, p.14).

O movimento estudantil foi outro exemplo de movimento social ativo nas lutas democráticas. Com um histórico de engajamento político que atravessa décadas e registra seu envolvimento em diversos momentos cruciais da vida política do país, as organizações estudantis atuaram junto aos diferentes seguimentos da classe trabalhadora. Seja por meio da inserção em guerrilhas, em ações de solidariedade aos/às trabalhadores/as, na promoção de ações culturais, dentre outros, a juventude estudantil organizada apoiou a luta por direitos e reformas sociais e políticas.

No que tange a luta indígena, que se inicia desde a invasão e colonização europeia no Brasil, registra-se novas notas na história de violência contra os povos nativos com a vigência da ditadura militar brasileira. O plano de ampliar as fronteiras do Brasil implicou, nesse processo de expansão, em perseguições, prisões, torturas e assassinatos de povos indígenas².

A luta racial - que também remonta desde o período escravocrata com o movimento

2 Parte desse genocídio étnico tem sido relatado à Comissão de Nacional da Verdade no país, mas seguem impunes, sem indenização às vítimas e sem que o Estado brasileiro reconheça os crimes cometido.

abolicionista; os processos de aquilombamento das pessoas escravizadas fugidas; os levantes e revoltas em fazendas etc. – durante a ditadura é outro tema de desconhecimento comum. Podemos exemplificar o engajamento político durante esse período de regime de exceção com a defesa dos direitos civis, sociais e políticos; com o enfrentamento do “mito da democracia racial” (muito reforçado nesse período, inclusive com tolhimento da produção acadêmico-científica e com falseamento de dados censitários, excluindo categorias de autodeclaração racial, para citar alguns exemplos); reconhecimento e regularização dos territórios quilombolas; dentre outros.

Até aqui mencionamos algumas lutas travadas apenas no contexto brasileiro, mas é importante ter em conta que a América Latina estava em transe, com ações populares diversas e, por vezes, mais radicais em vários países desde meados do século XX.

Entende-se que ter esse cenário em conta é importante para analisar uma profissão como a do Serviço Social. Sua análise particular prescinde da análise do conjunto das relações sociais em que se inscreve, afinal, como qualquer outra instituição social, seu desenvolvimento e trajetória incide e reflete as contradições de seu tempo histórico. A existência da profissão e o exercício profissional de seus/suas integrantes não se dá num vazio social, é fruto da sociedade em determinado lugar e tempo histórico e sua intervenção tem desdobramentos na vida social, cultural, política. Isso é um dado incontornável.

Outro fator mencionado que integrou o rol de influências críticas na profissão e que se desenvolveu nesse mesmo período foi o contato com as elaborações freirianas sobre educação popular.

Sobre a trajetória da elaboração freiriana de educação popular (EP), registra-se nos movimentos educativos voltados à construção de hegemonia dos setores populares do início dos anos de 1960 o nascimento, no país, de uma proposta de educação que apontava para a articulação do ensino de conteúdos acadêmicos com o exercício permanente de desvelamento da realidade sob a perspectiva de estimular a presença organizada de trabalhadores e trabalhadoras na luta pela democratização da vida política e pela superação das desigualdades econômicas e sociais.

Freire influenciou diretamente o campo teórico, metodológico e epistemológico da educação, dentre outras coisas, por desvelar a dimensão política da educação e fomentar sua problematização. Uma vez ciente da impossibilidade da neutralidade em processos educativos e, principalmente, da tendência da educação (principalmente, a educação formal)

ser usada para legitimar e reproduzir o *status quo*, sua preocupação passou a ser como o processo de aquisição de conhecimento poderia propiciar aos indivíduos excluídos a compreensão sobre o funcionamento da sociedade na qual se encontram e promover uma postura criticamente consciente e transformadora perante esta realidade.

Segundo o educador, sair da condição de oprimido não seria, simplesmente, deslocar-se para o lugar de opressor, mas propor uma nova relação social em que houvesse igualdade entre homens e mulheres e a busca do bem comum. Partindo dessa premissa, Freire propôs uma Pedagogia libertadora e dialógica, na qual a problematização da realidade subsidiasse a intervenção no mundo.

Diante disso, a educação sob a ótica freiriana, se faz Popular não por ter o “povo” como mero objeto de intervenção, mas: por ser feita para e com o povo; por potencializar a organização popular; por possuir uma essência contestadora da ordem vigente; por vincular-se a um projeto societário alternativo à ordem burguesa.

Com práticas elaboradas na experiência do e com o povo excluído na defesa da emancipação social, os postulados do pensamento freiriano foram bem recebidos por educadores/as, movimentos sociais, escolas e diferentes instituições no Brasil e no mundo.

Desde seu surgimento, houve uma disseminação da EP, fundamentada nos princípios teórico-metodológicos freirianos, entre movimentos populares (do campo e da cidade), sindicatos, movimentos de alfabetização, ONG, enfim, grupos que resistem cotidianamente à dominação capitalista e se utilizam da EP para tal. O que não é de se estranhar, afinal, Paulo Freire sempre deixou claro ter como objetivo contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas com vistas à transformação social.

Segundo Freire (2020), a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza. Isso porque está atenta às contradições da realidade social, em particular, àquelas contradições que afligiam mais diretamente o/a educando/a, valorizando os saberes populares de forma a estabelecer com tais saberes um diálogo problematizador.

A sistematização feita até aqui priorizou o contexto da segunda metade do século XX por ter sido o contexto de emergência e desenvolvimento dos esteios do PEP do Serviço Social, tentando costurar como alguns fatos históricos externos e internos à profissão foram

cruciais para que da passagem do século XX ao XXI o direcionamento crítico assumido pela categoria se firmasse e chegasse aos dias de hoje com o enorme desafio de manter-se atual e radicalmente democrático.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mergulhar no movimento das resistências e lutas das classes subalternas é uma condição para problematizar os significados da nossa intervenção profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais e, neles, nas diversas expressões dos conflitos de classes (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p.113).

Fazendo coro com as autoras, é importante que aprendamos a identificar os pontos de contradição social, analisando-os em sua complexidade para incidir nessas contradições com os recursos que dispomos como profissionais e cidadãs. Propondo formas de articular com as lutas populares, de coletivizar as demandas mais que contribuir com a tendência a individualização, dentre outras coisas, e estando nos mais diferentes espaços de trabalho.

Nesse sentido, a reaproximação da profissão com a Educação Popular já proposta nas experiências reconceituadas, superadas as possíveis lacunas e fragilidades, ainda se mostra uma proposta válida e, principalmente, convergente com o PEP: é uma elaboração crítica e anticapitalista; defende a necessidade da investigação da realidade na qual o trabalho (político, educativo ou profissional) se desenvolve; pode contribuir com a desburocratização que alimenta um ciclo institucional incapaz de resolver as demandas da população com a qual trabalhamos; aposta na criatividade na hora de intervir na realidade social; aposta na politização das relações sociais e na elevação do nível de consciências dos indivíduos; respeita a diversidade; defende a democracia e busca contribuir com os processos de construção de poder popular.

REFERÊNCIAS

BATISTONI, M.R. “Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias” In: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). **A História pelo avesso**. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021 (71-93).

BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. BRANT, VC ; SINGER, P (orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. 1983.

DURIGUETTO, M. L. e MARRO, K. “Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo”. In: SILVA, M. L. de O. **Serviço Social no Brasil**. Histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, ed. 2016 (97-114).

EIRAS, A.A.L.T.S et al. **Serviço social e ação profissional crítica**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

ELPÍDIO, M.H. Preparando a “virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). **A História pelo avesso**. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021 (271-293).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 2020.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1988 (315-325).

NETTO, J. P. “A intenção de ruptura” In: **Ditadura e Serviço Social**. SP: Cortez, 2015 (314-330).